

A VIOLÊNCIA CONSTITUTIVA:  
NOTAS SOBRE AUTORITARISMO E LITERATURA NO BRASIL

Jaime GINZBURG  
UFSM

*Dedicado a Celso Pedro Luft*

### Forma e história

Existe uma relação direta entre a fragmentação formal em obras literárias na modernidade e uma série de processos histórico-sociais que atingiram profundamente as relações entre os seres humanos e abalaram a concepção clássica de sujeito. Dessa relação, discutida de diferentes modos por Theodor Adorno, Erich Auerbach e George Steiner, entre outros, tentaremos examinar aqui um aspecto em particular – a desumanização.

Karl Erik Schollhammer propõe que no Brasil “a violência aparece como constitutiva da cultura nacional, como elemento ‘fundador’” (SCHOLLHAMMER: 2000, p.236-7). Dedicado a entender a literatura brasileira contemporânea, o autor propõe a representação da violência como eixo para entendimento de sua caracterização formal e temática. A compreensão sistemática das representações da violência na literatura brasileira mereceu estudos de elevada relevância. Entre os mais recentes, cabe destacar o belo estudo de Francisco Foot Hardman

“Visões da guerra: o Brasil na crise da civilização” (HARDMAN: 1998), em que o autor mostra a recorrência do tema, resgatando de modo oportuno o trabalho do escritor Alberto Rangel. O estudo de Hardman, articulando textos e contextos, motiva a reflexão e ajuda a medir a necessidade de estudar as relações entre violência e literatura no Brasil.

Alguns escritores fundamentais da literatura brasileira moderna elaboraram suas representações da condição humana acentuando seu caráter problemático e agônico, em acordo com o fato de que, no contexto histórico brasileiro, a constituição da subjetividade é atingida pela opressão sistemática da estrutura social, de formação autoritária. Sendo abalada a noção de sujeito, em razão do impacto violento dessa opressão, é abalada também a concepção de representação. Esta se fragmenta, exigindo do leitor a perplexidade diante das dificuldades de constituição de sentido, tanto no campo da forma estética, como no campo da experiência social. As representações da História, nesses escritores, resistem à acomodação em lógicas lineares causais, ou a esquemas positivistas, incorporando contradições e indeterminações, e se aproximando do que Benjamin propunha como uma representação da História como sucessão de catástrofes, como ruína. Esses autores, ao lado de outros (mas diferentemente de outros), estiveram atentos ao quanto há de violência, injustiça e agonia na sociedade brasileira, e trouxeram a problematização do externo para o interno, atingindo assim a forma de suas criações (CANDIDO: 1980, 7). Não temos condições de demonstrar adequadamente, no espaço deste artigo, como podemos perceber as profundas marcas do autoritarismo e da violência do país em textos desses escritores, optando por formular a hipótese em linhas gerais, para um desenvolvimento posterior.

## A violência brasileira

Paulo Sérgio Pinheiro, José Antonio Segatto, Oscar Vilhena Vieira, Emílio Dellasoppa, José Vicente Tavares dos Santos e Cláudia Tirelli elaboraram estudos sobre a formação social brasileira em que ressaltam a presença constante de elementos de autoritarismo. Nesta parte do artigo, é feita a transcrição de alguns trechos fundamentais de suas reflexões, procurando encontrar entre eles uma articulação. A leitura desses trabalhos leva à percepção de que as práticas autoritárias, associadas à violência e ao reforço das desigualdades sociais, são matéria básica de nossa constituição social:

É necessário definir aqui o conceito de *autoritarismo*. Entendemos o conceito, para efeito deste trabalho, do seguinte modo. O autoritarismo é uma caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do Estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social. Nesse quadro, existe interesse político na cooptação dos intelectuais; a administração pública é apresentada como um bem em si mesmo, ao servir ao interesse do Estado; o setor militar desempenha um papel decisivo na manutenção da ordem. Em formas extremas, como o totalitarismo, o regime autoritário institui um partido único e reprime com rigor manifestações de contrariedade (SCHWARTZMAN: 1988; LAMOUNIER: 1981).

A modernização no Brasil trouxe mudanças próprias do sistema capitalista, promoveu o desenvolvimento das cidades e alterou as

estratégias de obtenção de renda. No entanto, ela ocorreu dentro de uma política de elites, dotada de lógica de dominação, constituída na política oligárquica, e herdeira da exploração colonial. A reificação crescente das classes de baixa renda, no mundo do mercado, foi acompanhada de uma desumanização no plano dos conflitos entre indivíduo e Estado, estando o indivíduo em posição de fragilidade diante das práticas autoritárias do aparelho estatal. Entre a violência da criminalidade, associada à desigualdade social, e a violência institucional, exercitada pelo poder público, a população brasileira acompanhou o processo de modernização do país com incerteza e ansiedade, sendo submetida a várias formas de manipulação ideológica, em nome do bem da ordem social.

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro,

Um dos traços da especificidade do caso brasileiro é a extraordinária longevidade da cultura e das práticas autoritárias, independentemente, como já dissemos, da transformação do regime político ou da complexidade crescente do passado. (...) Gerard Lebrun mostrou que nunca houve aqui uma ruptura com o antigo regime: o absolutismo colonial se transformou simplesmente no absolutismo das elites. E sobreviveu à abolição da escravatura uma total assimetria entre dominador e dominado: 'A ordem civil se transforma, mas de modo tão desigual, desarticulado e ambíguo que o 'patrão' conserva muito de 'senhor' em sua condição de cidadão, e o trabalhador (livre ou semi-livre...) é um cidadão de categoria tão ínfima que possui algo de 'escravo' em potencial e muito pouco de cidadão' (...) O caso do Brasil mostra que o autoritarismo e o arbítrio podem persistir apesar da abertura democrática, das eleições e da reforma constitucional. A tortura sistematicamente administrada persiste nas delegacias de polícia em todo o país (...) (PINHEIRO: 1991, 52-3)

As práticas autoritárias teriam origem no passado colonial e imperial, havendo continuidade no período republicano, em que ocorre a modernização capitalista. Nesse sentido, cabe lembrar Oscar Vilhena Vieira:

A modernização econômica, diferentemente do que se esperava, não foi capaz de alterar essa situação e produzir um Estado de modelo liberal, protetor de direitos (Faoro, 1989). Como nota Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, o padrão de dominação de cada um dos períodos da história brasileira não foi suprimido quando do florescimento de uma nova ordem econômica dominante. Pelo contrário, os padrões de dominação dos períodos anteriores foram sempre absorvidos pela elite insurgente que em hipótese alguma eliminou a precedente; havendo o que se poderia denominar uma conciliação entre a velha e a nova elite, para que fosse possível a convivência de dois modelos econômicos sem a necessidade de destruição do antigo padrão de dominação. Esse caráter conciliatório das elites brasileiras, descrito por Michel Debrun (Debrun, 1983), aponta um importante caminho na compreensão da manutenção do enorme hiato existente entre as classes, na esfera econômica ou política, e conseqüentemente entre direito e realidade material do poder. Sob esse signo da conciliação e do patrimonialismo, perdura um Estado que mantém relações ambíguas com a sociedade: autoritário e violento para com a grande maioria da população; dócil e transigente aos interesses das elites" (VIEIRA: 1991, 90)

Em reflexão afim à de Pinheiro, Vieira propõe a continuidade das práticas políticas de elites no Brasil em termos de uma dinâmica de alianças. Os processos de transformação social, nesse sentido, são epidérmicos e acabam conservando estruturas. A lógica de exercício de práticas autoritárias no país permanece, estando presente mesmo em contextos considerados democráticos. Para compreender a permanência dessas práticas, é preciso considerar a vida social em

---

perspectiva cotidiana, em que encontramos os “microdespotismos”, práticas autoritárias exercidas em relações sociais públicas e privadas.

Tudo indica que os governos autoritários foram tão bem sucedidos, por um período tão longo, ao simplesmente exacerbarem, com sustentação social, certos elementos autoritários presentes na cultura política do Brasil (...) Para se compreender os percursos através dos quais o autoritarismo socialmente implantado é engendrado – desde aquelas longínquas origens históricas – e se reproduz, é essencial reconstituir a rede de microdespotismos nos mais variados contextos sociais: violência familiar, discriminação racial, violência contra a mulher e a criança, justiceiros, linchamentos (PINHEIRO: 1991, 55-6)

Como Pinheiro, Segatto traça uma linha de continuidade que contempla o conjunto de nossa formação, incluindo a experiência colonial, o império escravista e o período republicano. Essa continuidade é sustentada pela presença firme do exercício do autoritarismo, em variadas formas, na vida política.

Esse exercício é articulado, segundo Segatto, pela aliança entre o Estado e a classe dominante. Durante o período colonial, o governo de Portugal desenvolveu a política exploratória responsável pela dizimação de tribos nativas. A escravidão representou um exercício sistemático e calculado de coerção pela violência, sendo o governo brasileiro sustentado, durante o império, por essa coerção. No período republicano, tivemos no Estado Novo e na ditadura militar recente períodos de intensa intervenção da política autoritária na vida social. Para dizer de maneira breve, de modo geral, de acordo com Segatto, a política de orientação autoritária tem um papel importante na definição de nossas relações sociais.

Há um certo consenso na historiografia segundo o qual o processo histórico brasileiro caracterizou-se por ter sido marcadamente excludente e autoritário. (...) O Estado no Brasil, independentemente das formas e composições que assumiu nos diferentes momentos e períodos (Monarquia e República; imperial, oligárquico, corporativo, ditatorial, etc) tem ao longo da história uma característica essencial comum: de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil. (...) Um processo histórico marcado pela ausência de mudanças bruscas e radicais nas formas de dominação política e de acumulação de capital, ou melhor, pela ausência de transformações revolucionárias que envolvessem o conjunto da sociedade nacional, mas é, ao contrário, assinalado pela conciliação entre frações ou grupos da classe dominante, por meio de reformas "pelo alto", excluindo das decisões políticas a grande massa da população. (...) a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumulavam, como, também, para impedir que as classes subalternas subvertissem a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político. (SEGATTO: 1999, p.201-2 e 214)

É imprescindível referir neste ponto ao ensaio de Antonio Candido, de 1979, intitulado "Censura-violência". Nele, Candido mostra sua forte preocupação com a violência social, seu respeito pelo levantamento feito pelo historiador Edgard Carone da "sucessão ininterrupta de ferocidade, numa cadeia de chacinas, conflitos sanguinolentos, intervenções armadas cheias de selvageria" que encontramos em nossa formação social (CANDIDO, p.205), e que nos afasta da imagem de "um Brasil pacífico por natureza, cordato e generoso" (idem, p.204).

Emilio E. Dellasoppa elabora uma articulação entre autoritarismo e violência no Brasil, a partir de estudos de Guillermo O`Donnell. O autor relaciona a persistência do autoritarismo no país e a ampla difusão da violência no corpo social.

A magnitude do autoritarismo socialmente implantado no Brasil assume características tais que para O`Donnell de alguma maneira impermeabiliza o estado autoritário contra os embates dos (pequenos) grupos que o enfrentavam desde o projeto da revolução ou da simples contestação (...) para O`Donnell a violência aparece no tecido da sociedade brasileira com características protopolíticas, expressão multifacetada de uma ordem imposta nas favelas, na pobreza, no desemprego, na inexistência ou descumprimento dos direitos trabalhistas (...) (DELLASOPPA: 1991, 81)

Uma contribuição importante em sentido semelhante é dada por José Vicente Tavares dos Santos e Cláudia Tirelli, que articulam autoritarismo e violência ao problema da cidadania no país:

A explicação histórica para a impossibilidade de se estabelecer na sociedade brasileira a cidadania plena pode ser buscada na herança social, marcada pela extrema hierarquização social e por um forte autoritarismo de Estado, elementos ainda hoje influentes na desincompatibilização entre o poder político e a participação social. Como consequência, persistiria no Brasil uma organização hierárquica da sociedade, tolhendo a igualdade de tratamento dos indivíduos no plano legal e reivindicatório, e um autoritarismo, que reprime as manifestações das classes subalternas por vê-las como um risco para a ordem pública. Essa situação indica que estão em vigor mecanismos os mais discriminatórios de hierarquização, sem que haja reciprocidade. A violência entraria como o recurso eficaz para assegurar a hierarquização presente na sociedade brasileira, na falta de uma outra base consensual. (SANTOS & TIRELLI: 1999, 115)

Rosani Ketzer Umbach nos alerta para o fato de que, no século XX, encontramos experiências de autoritarismo em regimes militares em diversos países na América Latina, assim como na Europa. Segundo a autora, é comum aos regimes autoritários a constituição de estruturas de governo que monopolizam armas, economia, imprensa, e procuram



controlar ideologicamente as ações individuais. Faz parte do exercício do autoritarismo a realização de ações de repressão violenta, dentro dos interesses do Estado.

As opiniões de Pinheiro e Segatto, somadas às idéias de Regina Célia Pedroso (PEDROSO: 1999), nos levam a crer que, para além dos períodos explicitamente caracterizados por políticas autoritárias, encontramos um processo histórico, em seu conjunto, marcado pelo autoritarismo. Isso significa que, ao examinarmos um período tido como mais democrático – os anos 50, ou a atualidade, por exemplo – sabemos que sua sustentação depende da força de algumas instituições cuja consolidação ocorreu em regimes autoritários, ou à custa de repressão.

O tema foi desenvolvido de maneira brilhante por Paulo Sérgio Pinheiro, em "Autoritarismo e transição". Examinando as conseqüências dos regimes autoritários no Brasil no século XX, Pinheiro explica que, após seu término, o governo autoritário deixa como legado "resíduos autoritários (...) no nível ideológico e no nível das práticas (...) podemos ter mudanças no quadro político institucional sem que a cultura política, por exemplo, seja afetada. No âmbito da cultura e da ideologia o movimento de reprodução dos elementos do legado limita as possibilidades de transformação" (PINHEIRO: 1991, 47)

É importante, para compreender especificamente a atualidade, a observação de que "os 15 anos da ditadura Vargas foram decisivos para a consolidação de um padrão autoritário de interação entre o Estado e a sociedade que persiste de certa forma ainda hoje" (REIS: 1998, 194). Em um sentido mais abrangente, nosso passado colonial, escravista, patriarcal, calcado em ações de repressão e violência – cobiça, para

usar o termo cunhado por Paulo Prado nos anos 20 (PRADO: 1962) – é o solo sanguinolento em que construímos nossa glória.

### A história como trauma

Com base nas reflexões conceituais sobre História da Escola de Frankfurt, em oposição aos modelos positivistas comuns no país, cabe procurar caminhos de interpretação da formação social brasileira que consigam ultrapassar as distorções criadas pelos idealismos ufanistas, e pelas linearidades ideologicamente construídas com fins conservadores. Como estabelecemos a literatura brasileira moderna como horizonte, destacando a fragmentação formal e apontando a conexão desta com a interiorização de conflitos existentes na realidade externa, se faz necessária a definição de parâmetros de análise para mediar essa conexão. A fragmentação se tornaria adequada para a representação na realidade, na medida em que as seguintes condições fossem satisfeitas: o entendimento do processo histórico é problematizado, pela sua complexidade e por seu impacto, de modo que a consciência humana, em condições convencionais, não tem como dar conta de sua profundidade, exigindo novo modo de pensar e representar; o sujeito (narrador ou sujeito lírico) que enuncia a representação, por estar em um contexto de autoritarismo e opressão, tem sua individualidade atingida, sua integridade dilacerada, e sua expressão deixa marcas das fraturas provocadas pelo contexto.

O abandono das estruturas tradicionais - a narrativa com tempo linear, enredo articulado logicamente, personagens planos ou coesos, o

---

poema com metro regular, esquema de rimas, sintaxe culta – em favor de uma concepção fragmentária, com a subversão das referências de tempo e espaço, a adoção de verso livre, a representação de uma subjetividade frágil, inconstante e freqüentemente paradoxal, corresponde a uma mudança, por parte de escritores dedicados à atitude crítica, no modo de perceber o sentido da História. Perde-se a noção de totalidade, abandona-se a idéia de progresso.

Em seu excelente ensaio “A história como trauma”, centrado na reflexão sobre a literatura que tematiza o Holocausto, Márcio Seligmann-Silva desenvolve uma apurada discussão conceitual. Gostaria de recuperar e comentar alguns tópicos examinados pelo autor.

Seligmann observa, no campo das formas literárias, a tendência moderna à consolidação de gêneros híbridos, em lugar dos tradicionais gêneros puros. De modo correlato, no campo reflexivo, o desenvolvimento de um questionamento a respeito da própria noção de verdade. Em ambos os casos, a noção de representação da realidade é abalada em seus fundamentos. Os moldes tradicionais de entendimento da linguagem são postos em questão. Para Seligmann, esse processo de problematização da noção de representação está associado à presença do choque na vida moderna.

O problema toma dimensões abrangentes, e mesmo extremas, quando encaramos, no século XX, a realidade como marcada pela experiência da catástrofe. Esse assunto foi ricamente explorado por Eric Hobsbawm, que levantou um enorme repertório de experiências dolorosas em sua avaliação do século XX, e explicou com rigor o que foi “a era da guerra total”. As novas tecnologias foram apropriadas pela barbárie - “Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso

desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem” (BENJAMIN: 1985, 115). A utilização do conceito de catástrofe por Hobsbawm e por Seligmann é da maior importância. É uma perspectiva colocada para a interpretação do passado histórico do ocidente, quando centramos o olhar no fato de o Holocausto ter sido possível e efetivamente acontecido. A forma radical de extermínio foi de um impacto tão intensamente violento que, quem tentasse representá-lo em moldes tradicionais, estaria reduzindo-o a um objeto de representação com estatuto de experiência assimilável. O problema reside em que, de fato, não há como assimilar uma experiência como essa sem sofrer seu impacto, e ter abaladas as bases de nosso pensamento, tão dedicado à acomodação das coisas em lógicas lineares. É precisamente o espanto com a singularidade do Holocausto, a preservação da perplexidade, que nos impede de banalizá-lo e torná-lo cotidiano. Se é verdade, considerando George Steiner, que há nas inter-relações humanas uma irrefreável pulsão à guerra, a uma afirmação de si pela destruição do outro, o esforço em pensar a violência sem banalizar, sem recair na reprodução de modelos autoritários ou preconceituosos, é imprescindível para a preservação de valores civilizatórios. A perplexidade, freqüentemente melancólica, nos assegura a possibilidade de pensar um mundo em que a subjetividade está abalada e oprimida em uma perspectiva que formule a possibilidade da transformação da realidade, e não da consolidação da opressão.

Para expressar com a devida intensidade essa perplexidade, é necessário manter a perspectiva de que no Holocausto há um excesso, uma desmedida, cujos parâmetros não podemos calcular ou padronizar, que estão para além de qualquer medida tolerável de dor, e de

---

qualquer escala racionalizável de desumanização. Representar a experiência da catástrofe em proporções tais como as que a História nos mostrou no século XX implica, necessariamente, uma renúncia aos modos convencionais de representação, pois estes seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la. O questionamento dirigido ao estatuto da linguagem, dos modos de representação e das formas artísticas tradicionais está ligado a uma busca de renovação da expressão.

Seligmann observa que a “incapacidade de recepção de um evento que vai além dos limites da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem-forma” constitui o trauma, de acordo com a psicanálise (SELIGMANN: 1998/9, p.116-7). Em um mundo marcado pela experiência radical de destruição, o trauma se torna um elemento constitutivo da formação social. Por ultrapassar nossos mecanismos de absorção e atribuição de legibilidade aos eventos, o trauma ultrapassa nossas referências de concepção de forma. O problema psicanalítico se torna, na reflexão do autor, um problema estético.

Com o trauma, perdemos a “capacidade de discernimento entre o real e o irreal” (p.122), vendo nossa consciência posta em crise de sustentação. Decorrência natural disso é a condição melancólica, que resulta da experiência dolorosa de perda, cujos limites, no campo coletivo, são inexatos e indeterminados. Na Europa, assinala Márcio, a poética de Paul Celan formula esse dilema. A perda humana do Holocausto, jamais superável, leva escritores a romper com as estruturas convencionais de representação, a suspender as referências de delimitação da realidade, e a refletir melancolicamente.

## A motivação histórica da fragmentação

Na medida em que compreendemos o papel preponderante do autoritarismo e da violência na formação histórica brasileira, somos levados a questionar a sua importância para as concepções estéticas e literárias surgidas em nossa cultura. Trazendo para o campo brasileiro alguns dos pontos levantados por Márcio Seligmann-Silva, podemos propor o seguinte. A experiência crua do passado violento e autoritário, incluindo os massacres da Inquisição, o escravismo exploratório, a repressão patriarcal, constitui uma série de traumas, no sentido social discutido por Seligmann. Sua constância e complexidade nos coloca, com certeza, diante da perspectiva da realidade como catástrofe, de história como ruína. A argumentação de Renato Janine Ribeiro sustenta a interpretação da história do Brasil com ênfase em seu componente traumático.

O Brasil, já o comentei em outro lugar, pode ser dito um país traumatizado. Ele jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura. A condição colonial significou viver na mais franca heteronomia, sem o autogoverno que nas partes inglesas do continente então se praticava, e na mais decidida ignorância, sem o ensino universitário, que nas regiões hispânicas da América se ministrava, e tudo isso como uma terra destinada ao esgotamento de sua natureza mineral: sofreu, pois a predação do invasor português. Já a escravatura desdobrou ou completou a obra da colonização: o fisicídio, se assim podemos chamar o assassinato da natureza, e a heteronomia colonial exigiram também que o trabalho fosse praticado sob o modo do esgotamento e da destituição, no caso, do negro africano. Ora, nosso problema não é apenas que cenas primitivas como estas se tenham produzido, e reiterado, ao longo de nossa história; é que elas nunca tenham sido

realmente elaboradas e extirpadas de nosso caráter. Daí que se repitam, compulsivamente, até hoje. (RIBEIRO: 1999, 11)

Seguindo Theodor Adorno, sabemos que antagonismos da realidade se apresentam em obras de arte como antagonismos formais. Elementos como hibridismo de gêneros, relativização da verdade, problematização da linguagem, perplexidade diante do objeto tratado serão fundamentais para indicar, no interior das formas literárias, a percepção dificultada e melancólica da realidade violenta e traumática.

Para a pesquisa literária, é necessário o desafio de verificar como, nas formas literárias, encontramos lapsos, descontinuidades, contradições, subversões de convenções, rupturas com gêneros tradicionais, questionamentos a respeito da capacidade comunicativa e expressiva da literatura. Devemos redobrar a atenção sobre esses elementos quando interessam não com fim em si mesmos, como experimentos formais, mas quando associados a temas que, direta ou indiretamente, digam respeito ao impacto brutal da violência social.

Alguns dos maiores escritores brasileiros se dedicaram a lidar com temas referentes a experiências de autoritarismo, violência e opressão. E alguns dentre eles abdicaram da perspectiva realista, que faz supor, conforme Ian Watt, uma capacidade de compreensão do objeto representado, em parâmetros documentais e/ou racionais. Em vez dela, procuraram tensionar o limite entre realidade e imaginação, subverter parâmetros tradicionais, apontar ambivalências da linguagem, pautar a representação em contradições, romper, enfim, com os padrões tradicionais de entendimento da consciência e da linguagem.

Em Machado de Assis, por exemplo, a narrativa de ficção vai se constituir em meio a uma problematização do ato de narrar, em

consonância com a problematização do sujeito em um contexto desumano. Como explica claramente Antonio Sanseverino, seguindo as reflexões de Walter Benjamin, “o mundo administrado e estandardizado acaba com a unidade, com a experiência individual. O que rege é a abstração da mercadoria, da falsa universalidade. Assim, no romance contemporâneo, (...) a ilusão é quebrada pela variação de posturas do narrador, que introduz o leitor na construção do discurso ficcional”. A representação deixa de lado a “aparência de totalidade sem fissuras” e o conduz à expressão da cisão das relações entre o sujeito e o mundo empírico (SANSEVERINO:1999, 131-2). Caem as máscaras do realismo de fachada, caem as acomodações, e são expostas as discontinuidades da subjetividade cuja constituição foi atingida, em seu cerne, pela opressão da História.

Como mostra João Alexandre Barbosa (BARBOSA: 1982), as conquistas de Machado de Assis serão retomadas e transformadas por vários de nossos maiores ficcionistas. Assim, alguns elementos da narração de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como a incerteza sobre o sentido do que se conta, a subversão da linearidade temporal, a heterogeneidade de tons e a atenção ao interlocutor, serão fundamentais em *Grande sertão: veredas*. A problematização da capacidade da memória surge em Drummond e em Graciliano Ramos. A quebra da ilusão tradicional da representação vai se tornar um elemento estratégico, no século XX, em termos brechtianos (PASTA: 1986), para a ação da consciência crítica, desvelando aparências e mascaramentos ideológicos.

O processo de abalo das concepções tradicionais de representação da modernidade é amplo. A fragmentação das formas



literárias tradicionais é constante, no mínimo, desde o Romantismo, isso sem mencionar antecedentes importantes. Sem pretender contemplar todas as dimensões desse processo, cabe apontar, em linha proposta por Theodor Adorno, uma motivação histórica que contribui como um fator de aumento de sua difusão e complexidade. Isso importa sobretudo nos casos, dentro da literatura brasileira, em que as explicações que se baseiam em adoção de influências se esgotaram, mostrando sua insuficiência. Machado de Assis leu Sterne, Guimarães Rosa conheceu Goethe, mas suas formulações estéticas de modo algum se reduzem a reproduções passivas de modelos, pois são desenvolvidas em contextos específicos, e se vinculam a problemas histórico-sociais que não equivalem aos conhecidos pelos escritores europeus. Podem existir escritores que adotaram a fragmentação formal apenas por idolatria de um escritor estrangeiro, ou por uma atitude de vanguarda, como puro experimento formal. Não são esses escritores que interessam aqui. Interessam aqueles capazes de refletir, dentro da produção literária, problemas que constituem prioridades no âmbito social.

A motivação histórica a que nos referimos consiste na experiência da formação social calcada em autoritarismo e opressão, que contribui sistematicamente para a desumanização. A violência teve um papel fundamental na formação social norte-americana, assim como na alemã, na indiana. No entanto, é necessário, para os fins desta reflexão, lidar com o caso brasileiro sem generalizar - vincular o modo particular como ela se desenvolve no Brasil, e articular com os modos particulares como repercute na criação literária. Cabe ressaltar, mesmo considerando uma dimensão ocidental do fenômeno, a especificidade da desumanização no país. A crise do sujeito, no Brasil, não se dá nas

mesmas condições nem pelas mesmas razões que se dá em países europeus. A constituição do sujeito, contextualizada na formação social brasileira, é abalada desde suas bases pelo solo violento e destrutivo em que se desenvolve.

### Questão aberta

A desconfiança com relação à linguagem, a suspeita resultante do reconhecimento de “desarticulações entre representação e realidade”, é consolidada no Brasil a partir de Machado de Assis, cuja ficção fragmentária, que inclui paradoxos e descontinuidades internas, foi indispensável para “almejar uma configuração mais complexa da realidade psicológica, social e histórica que o autor conserva em seu horizonte” (BARBOSA: 1982, 25).

A fragmentação da forma narrativa, em livros como *Grande sertão: veredas*, se vincula com a problematização, por parte do narrador, da possibilidade de entender uma experiência, pelo seu grau de violência. Como afirma Riobaldo, as coisas se mexem dos lugares: a experiência, por sua complexidade e impacto, não tem seu sentido dominado pelo protagonista.

No Humanitismo de Quincas Borba, a luta é o principal atributo da condição humana. Em seus relatos de infância, Graciliano Ramos insiste na exposição à violência e ao medo como dados formadores. Quando Drummond nos joga constantemente para perto do medo, Rosa nos aponta o inferno como nossa origem, Dyonélio toca no limiar da loucura, isso é feito de um modo que se apresentem marcas de um contexto

social opressor e difícil, em que as possibilidades de emancipação e liberdade individual são limitadas e questionadas. Não é casual que escritores como esses, que contribuíram de maneira decisiva para a consolidação de formas literárias modernas, tenham feito referências decisivas a opressão, violência, preconceito. A fragmentação neles surge como meio de ruptura com a linguagem reificada, com a ilusão de conhecimento objetivo total da realidade, com as convenções conservadoras de representação do processo histórico. Nesse sentido, os procedimentos formais são necessários para a possibilidade de encaminhar, a partir da leitura, reflexões de interpretação do Brasil, que se afastem dos maniqueísmos e das idealizações, e dêem visibilidade à reificação, à opressão e às práticas autoritárias.

Na medida em que percebemos como a História é violenta, como o autoritarismo nos marca profundamente, como os antagonismos sociais são radicalmente difíceis, como nossa experiência não é passível de fácil entendimento, é acentuada nossa perplexidade. Ficamos perplexos porque a História pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender. Por isso, representa-la, considerando sua complexidade, exige uma atitude de renovação, perante as limitações dos recursos de linguagem convencionais.

Encarar o processo histórico a partir do conceito de “trauma” da psicanálise nos leva, necessariamente, a avaliar nossa capacidade de compreender e representar o passado. Conhecemos traumas coletivos, sociais. Para o entendimento das relações entre Literatura e História, é fundamental considerar a importância dos traumas históricos como motivação para mudanças nos modos de representação literária, tanto na Europa como no Brasil.

O papel preponderante de políticas e estruturas autoritárias ganha nitidez quando observamos a presença impressionante da violência, sobretudo da violência a serviço do Estado, em nossa formação histórica; isso torna necessário perceber o processo histórico em termos de uma dinâmica múltipla, marcada por conflitos e antagonismos, por repressão e resistência. Lembrando Wander Melo Miranda, é apenas com o esquecimento da violência do processo da formação social que seria possível definir a constituição da nação como unidade ideal (MIRANDA: 1997, 417). Em escritores como Drummond e Graciliano, a representação do Brasil não se dá de maneira idealizada, mas permeada por "identidades e alteridades que se entrecruzam e se superpõem gerando afiliações/resistências múltiplas e não-lineares" (SCHMIDT: 1997, 7). Suas obras propõem uma forma "essencialmente adversa a qualquer movimento político que se empenha numa direção" próxima à do fascismo, sendo a "desarmonia na arte" elemento formal necessário para a compreensão da dimensão conflitiva do sujeito (ROSENFELD: 1993, 191-2).

Os esforços de Machado, Dyonélio, Graciliano e Rosa, entre outros, vão abrir caminho para que a crítica e a historiografia sejam capazes de reconhecer, mais recentemente, o valor dos recursos da ficção moderna para a elaboração contemporânea, nos últimos trinta anos. Vários escritores, a partir dos anos 60, como Ignácio de Loyola Brandão e Ivan Ângelo, de acordo com Lúgia Chiappini, vão encontrar formas renovadas de trazer a violência para o universo ficcional (CHIAPPINI: 1998).

O distanciamento entre a experiência e as condições necessárias para seu entendimento, como foi mencionado anteriormente, é um elemento constante na produção dos autores mencionados. É também

um aspecto muito importante, quando se descreve o processamento de um trauma. Aproximemos esses dois aspectos. Os modos como esses escritores representam experiências humanas, quando incidem em aproximações temáticas do autoritarismo e da violência, estão freqüentemente marcados pela fragmentação e descontinuidade formal. Esses elementos são importantes para desfazer qualquer impressão de "normalidade" que aos componentes de catástrofe da História se pudesse atribuir. Para a catástrofe, guardemos a perplexidade, a inquietação, jamais a linearidade ou a banalização.

Nota do autor: Este trabalho é uma versão ampliada e reelaborada do artigo *Autoritarismo e literatura: a história como trauma*, publicado na revista *Vidya* (Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2000. n.33). Agradeço à Profa. Dra. Zília Mara Pastorello Scarpari pela oportunidade e pela atenção generosa.

Este artigo foi discutido por e-mail, antes de sua publicação, com os colegas Cláudia Maria Perrone, Márcia Lopes Duarte, Márcio Seligmann-Silva e Rosani Ketzer Umbach, que trabalham comigo no Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo. Agradeço a eles pelas excelentes contribuições. E sou muito grato também ao meu colega Pedro Brum Santos, por ter me convidado para participar deste número da Revista Letras.

#### Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: BENJAMIN, Walter e outros. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião*. Rio de Janeiro: Record, 1987.  
2v.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1984.
- AUERBACH, Erich. A meia marrom. In: \_\_\_\_\_. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- AVELAR, Idelber. *The untimely present*. London: Duke University Press, 1999.
- BARBOSA, João Alexandre. A modernidade no romance. In: PROENÇA FILHO, Domício, org. *O Livro do Seminário Nestlé de Literatura Brasileira*. São Paulo: LR Editores, 1982.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Censura-violência. In: \_\_\_\_\_. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- CHIAPPINI, Lígia. Ficção, cidade e violência no Brasil pós-64: aspectos da história recente narrada pela ficção. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra, orgs. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- DA MATTA, Roberto et alii. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DELLASOPPA, Emílio. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. *Revista USP*. São Paulo: USP, 1991. n.9.
- FOSTER, David William. *Violence in argentine literature. Cultural responses to tyranny*. Columbia: Missouri Press, 1995.
- HARDMAN, Francisco Foot. Visões da guerra: o Brasil na crise da civilização. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra, orgs. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Unb, 1981.
- MACHADO, Dyonélio. *O Louco do Cati*. São Paulo: Ática, 1990.
- MIRANDA, Wander Melo. As fronteiras internas da nação. *Cânones Contextos*. 5º Congresso ABRALIC. Anais. Rio de Janeiro: Abralic, 1997. V.1.
- PASTA JR., José Antonio. *Trabalho de Brecht*. São Paulo: Ática, 1986.
- PEDROSO, Regina Célia. *Violência e cidadania no Brasil. 500 anos de exclusão*. São Paulo: Ática, 1999.
- PETERSON, Michel. *Estética e política do romance contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*. São Paulo: USP, 1991. n.9.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. São Paulo: APDH, 1988. n.1988/2.
- RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ROSENFELD, Anatol. Arte e fascismo. In: \_\_\_\_. *Texto / contexto II*. São Paulo: Perspectiva / Edusp / Ed Unicamp, 1993.
- SANSEVERINO, Antonio. A poética do irrealizável, ou o princípio da corrosão. *Nonada*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 1999. n.2.
- SANTOS, José Vicente & TIRELLI, Cláudia. A ordem pública e o ofício da polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: SOUSA, Edson Luiz, org. *Psicanálise e colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- SCHMIDT, Rita. Prefácio. In: \_\_\_\_, org. *Nações / narrações*. Porto Alegre: ABEA, 1997.

- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, Carlos Alberto et alii. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SEGATTO, Jose Antonio. Cidadania e ficção. In: VÁRIOS. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *Pulsional. Revista de Psicanálise*. São Paulo: Escuta, dez/jan 1998/99. n.116/117. Republicado em: SELIGMANN-SILVA, Márcio & NESTROVSKI, Arthur, org. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- STEINER, George. *No Castelo de Barba Azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SULEIMAN, Susan R. *Authoritarian fictions*. New Jersey: Princeton, 1983.
- UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e autoritarismo. A personagem do escritor frente à repressão em duas obras da literatura alemã contemporânea. *Letras*. Santa Maria: Mestrado em Letras da UFSM, 2000. n.16.
- VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: \_\_\_ & ALVITO, Marcos, orgs. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. Sociedade x Estado. *Revista USP*. São Paulo: USP, 1991. n.9.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia, org. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.
- ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste. Imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.